AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Nº 36.098-7 — MG
(Registro nº 93.0009333-9)

Relator: *O Sr. Ministro Anselmo Santiago*

Agravante: *Antonio Francisco da Silva (réu preso)*

Advogados: *Drs. Ben-Hur Viza e outros*

Agravados: *Ministério Público do Estado de Minas Gerais e R. Despacho de fls. 94/95*

EMENTA: *Processual penal — Agravo regimental — Fase do art. 499 do CPP — Prova testemunhal — Indeferimento.*

1. Incabível o pedido de prova testemunhal formulado na fase do art. 499 do CPP. O indeferimento do pleito não implica em cerceamento de defesa, tanto mais quando, na instrução do processo, cabe ao magistrado evitar expedientes procrastinatórios.

2. Agravo Regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Votaram os Srs. Ministros Pedro Acioli e Adhemar Maciel. Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Ministros Vicente Cernicchiaro e José Cândido.

Brasília, 27 de setembro de 1993
(data do julgamento).

Ministro PEDRO ACIOLI, Presidente. Ministro ANSELMO SANTIAGO, Relator.

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO ANSELMO SANTIAGO: O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por sua Primeira Câmara Criminal, negou

provimento a apelação interposta pelo réu Antonio Francisco da Silva, contra sentença de 1º grau, que o condenou por infração ao art. 213, c/c o art. 244, a, do Código Penal.

Inconformado com o **decisum**, interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, letra **a**, do permissivo constitucional, sustentando que o aresto hostiliza o negou vigência ao art. 499 do Código de Processo Penal, cerceando-lhe a defesa “já que se vedou a realização de diligência prevista e assegurada em tal dispositivo” (fls. 56).

O ilustre 1º Vice-Presidente do Tribunal obstou a subida do recurso, à consideração de que não vislumbrara a pretendida contrariedade ao dispositivo legal apontado como violado.

Contra tal despacho o réu agravou de instrumento, cujo seguimento foi por mim negado, o que acabou gerando o ingresso do presente agravo regimental.

Nas suas razões, alegou o agravante que:

“As testemunhas cuja oitiva pretende o recorrente, embora requeridas no prazo do art. 499, foram referidas por aquelas ouvidas na instrução que ali declararam seus nomes e noticiaram que as mesmas conheciam com certeza a autoria do estupro, sendo certo que o agravante sempre negou ter cometido o crime.

O dispositivo infraconstitucional violado é claro no sentido de que o réu *poderá requerer as diligências, cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou de fatos apurados na instrução*. Ora, se o fato de existir pessoas que conhecem o verdadeiro autor do estupro surgiu na instrução do processo, é direito do réu a oitiva das pessoas referidas nos depoimentos das testemunhas, que não pode ser negado ao único fundamento de que atrasará o andamento do processo.” (fls. 97/98).

É o relatório.

VOTO

O SR. MINISTRO ANSELMO SANTIAGO (Relator): As razões susotranscritas não foram de molde a abalar a minha convicção ao negar provimento ao agravo interposto, nos seguintes termos:

“Estou em que merece mantida a r. decisão em testilha. É que a oitiva de testemunhas obrigatória é aquela da defesa prévia. Os pedidos formulados na fase do art. 499, do CPP, dependem do arbítrio do magistrado, eis que, velando pela marcha do processo, e procurando a verdade real, deve evitar, desde que assim entenda, expedientes procrastinatórios. Aliás, di-lo com muito acerto **Jú-**

lio Mirabete, sabiamente referido pela cota do douto Ministério Público do Estado, que *“esgotados os prazos das partes, o juiz deve decidir a respeito da realização ou não das diligências requeridas, de acordo com a necessidade ou conveniência para o processo. (...) O indeferimento, porém, não implica cerceamento de defesa, pois ao prudente arbítrio e bom critério do juiz deixa a lei a avaliação da necessidade e conveniência da prova proposta”* (Processo Penal, São Paulo, Atlas, 1ª edição, 1991, p. 519).” (fls. 92)

Destarte, por manter o mesmo pensar, nego provimento ao regimental.

É como voto.

EXTRATO DA MINUTA

AgRg no Ag nº 36.098-7 — MG — (93.0009333-9) — Relator: o Sr. Ministro Anselmo Santiago. Agrte.: Antonio Francisco da Silva (réu preso). Advogado: Ben-Hur Viza e outro. Agrdos.: Ministério Público do Estado de Minas Gerais e r. Despacho de fls. 94/95.

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator (em 27.09.93 — 6ª Turma).

Votaram os Srs. Ministros Pedro Acioli e Adhemar Maciel. Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Ministros Vicente Cernicchiaro e José Cândido.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro PEDRO ACIOLI.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 44.952-1 — SP

(Registro nº 93.0030252-3)

Relator: *O Sr. Ministro Hélio Mosimann*

Agravante: *Município de São Paulo*

Advogados: *Carlos Robichez Penna e outro*

Agravada: *Eletricidade de São Paulo S/A — Eletropaulo*

Advogados: *Laura Cristina Nicolosi Ribeiro de Souza e outros*

EMENTA: *Agravo regimental. Recurso desprovido. Matéria já pacificada no tribunal. Taxa municipal de licenciamento para localização. Renovação. Ilegitimidade da cobrança.*

Estando o tema objeto da decisão impugnada — exigência da taxa — em consonância com o entendimento do Tribunal, nega-se provimento ao agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Peçanha Martins, Américo Luz, Pádua Ribeiro e José de Jesus.

Brasília, 23 de fevereiro de 1994 (data do julgamento).

Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Presidente. Ministro HÉLIO MOSIMANN, Relator.

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO HÉLIO MOSIMANN: Por meio de Agravo de Instrumento insurgiu-se o Município de São Paulo, contra despacho do Presidente do 1º Tribunal de Alçada Cível, que lhe obstara o acesso do Recurso Especial, cuja discussão cingia-se à possibilidade de cobrança e renovação da Taxa de Licenciamento para Localização junto à Eletrópolis.

Neguei provimento ao Agravo, por força da posição jurisprudencial desta Corte, tendo a municipalidade apresentado este Regimental, aduzindo, em resumo, ter trazido à colação decisões favoráveis à tese por ela abraçada, além do que, a nova Carta definira em seu art. 30, inciso III — pelo qual garantida a autonomia dos Municípios — “a legitimidade da exigência do tributo em causa”.

Requer, por fim, a reconsideração do despacho guerreado, ou a apresentação do feito em mesa, objetivando a subida do apelo especial.

É o relatório.

VOTO

O SR. MINISTRO HÉLIO MOSIMANN: Mantenho o despacho agravado por seu próprio fundamento, vale dizer, a jurisprudência desta Corte sobre a matéria, merecendo transcrição decisão por mim prolatada quando do julgamento do REsp nº 1.217/SP, publicado no DJ de 28.09.92, e assim ementada:

“Tributário. Taxa municipal de licenciamento para localização. Renovação. Ilegitimidade da cobrança.

— Sem a devida materialização do Poder de Polícia e a contraprestação de serviços, torna-se ilegítima a cobrança da taxa, pelo Município.

— Precedentes do STF e do STJ.

— Recurso provido.”

Neste mesmo sentido: REsp nº 14.017/SP, Rel. Min. Garcia Vieira; REsp nº 1.275/SP, Rel. Min. Peçanha Martins; REsp nº 31.140, Rel. Min. Gomes de Barros, entre outros.

Firme no entendimento, nego provimento ao Agravo Regimental.

É o voto.

EXTRATO DA MINUTA

AgRg no Ag nº 44.952-1 — SP — (93.0030252-3) — Relator: O Sr. Ministro Hélio Mosimann. Agrte.: Município de São Paulo. Advogados: Valdeci dos Santos e outros, e Carlos Robichez Penna e outro. Agrda.: Eletricidade de São Paulo S/A — Eletropaulo. Advogados: Laura Cristina Nicolosi Ribeiro de Souza e outros.

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental (em 23.02.94 — 2ª Turma).

Participaram do julgamento os Srs. Ministros Peçanha Martins, Américo Luz, Antônio de Pádua Ribeiro e José de Jesus.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO.